

**DESIIS no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 52.993 - MG
(2017/0015307-0)**

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
REQUERENTE : NEIMAR FANTINI MARINHO
ADVOGADO : DANILO VINICIOS FERRAREZ DA SILVA - MG135414
REQUERIDO : ESTADO MINAS GERAIS
PROCURADOR : FERNANDA SARAIVA GOMES E OUTRO(S) - MG073006

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por NEIMAR FANTINI MARINHO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

A parte recorrente pleiteia a desistência do recurso em mandado de segurança com fundamento no art. 998 do CPC/2015 (e-STJ fl. 181).

Passo a decidir.

De início, observo que o pedido foi subscrito por advogado com poderes específicos para desistir (e-STJ fl. 188).

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 669.367/RJ realizado sob a sistemática da repercussão geral, firmou entendimento de que a desistência em mandado de segurança é prerrogativa de quem o impetra, podendo ocorrer a qualquer tempo antes do trânsito em julgado, sem a anuência da parte contrária e independentemente de já ter havido decisão de mérito.

Ante o exposto, com base no art. 34, IX, do RISTJ, HOMOLOGO a desistência do recurso em mandado de segurança.

Após o transcurso do prazo recursal, dê-se baixa, com a devolução dos autos à origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator